

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	34.065
Total	54.065
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.070.488	993.387
1.01	Ativo Circulante	326.810	287.813
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.702	28.900
1.01.01.01	Caixa e Bancos	6.881	5.742
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	16.821	23.158
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.947	7.972
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.947	7.972
1.01.02.01.03	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.947	7.972
1.01.03	Contas a Receber	232.121	179.965
1.01.03.01	Clientes	214.485	165.890
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	220.321	171.474
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-5.836	-5.584
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.636	14.075
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	17.636	14.075
1.01.04	Estoques	51.002	55.811
1.01.04.01	Estoques	51.002	55.811
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.316	12.527
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.316	12.527
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	8.316	12.527
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.722	2.638
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	6.722	2.638
1.02	Ativo Não Circulante	743.678	705.574
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.125	36.487
1.02.01.03	Contas a Receber	35.558	22.292
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.558	22.292
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.993	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.993	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.427	0
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.427	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	59	12.881
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	59	12.881
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.088	1.314
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.088	1.314
1.02.02	Investimentos	575.847	557.002
1.02.02.01	Participações Societárias	575.847	557.002
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	575.847	557.002
1.02.03	Imobilizado	110.792	107.536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	110.792	107.536
1.02.03.01.01	Imobilizado	110.792	107.536
1.02.04	Intangível	11.914	4.549
1.02.04.01	Intangíveis	11.914	4.549
1.02.04.01.02	Intangíveis	11.914	4.549

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.070.488	993.387
2.01	Passivo Circulante	331.739	290.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.092	15.316
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.920	4.630
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Parar	6.920	4.630
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.172	10.686
2.01.01.02.02	Provisão de Férias	10.929	10.686
2.01.01.02.03	Provisão 13º Salário	2.243	0
2.01.02	Fornecedores	109.780	103.907
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	109.780	103.327
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	109.780	103.327
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	580
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	0	580
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.573	71.614
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.241	61.358
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.089	15.951
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	61.152	45.407
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.332	10.256
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	10.332	10.256
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	94.980	75.273
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	94.376	74.751
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	94.376	74.751
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	604	522
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	604	522
2.01.05	Outras Obrigações	20.294	16.607
2.01.05.02	Outros	20.294	16.607
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	20.294	16.607
2.01.06	Provisões	8.020	7.429
2.01.06.02	Outras Provisões	8.020	7.429
2.01.06.02.04	Provisões diversas	8.020	7.429
2.02	Passivo Não Circulante	783.778	722.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53.303	59.338
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.791	58.889
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	52.791	58.889
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	512	449
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	512	449
2.02.02	Outras Obrigações	715.038	637.949
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	413.742	386.289
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	413.742	386.289
2.02.02.02	Outros	301.296	251.660
2.02.02.02.03	Valores a Pagar - Terceiros	65.307	24.636
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais e Tributárias	150.668	143.072
2.02.02.02.05	Provisões p/Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	85.321	83.952
2.02.03	Tributos Diferidos	0	7.908
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	7.908

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.03.01.01	Provisão para IRPJ e CSLL - Diferidos	0	7.908
2.02.04	Provisões	15.437	17.112
2.02.04.02	Outras Provisões	15.437	17.112
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	15.437	17.112
2.03	Patrimônio Líquido	-45.029	-19.066
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.02.07	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.03	Reservas de Reavaliação	37.492	38.485
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	37.492	38.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-938.866	-889.576
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	68.622	71.782
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído-Próprio	1.986	4.549
2.03.06.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído-Reflexo	66.636	67.233
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-36.046	-63.526
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-36.046	-63.526

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	282.775	555.177	245.862	452.637
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-156.401	-316.569	-131.213	-250.082
3.03	Resultado Bruto	126.374	238.608	114.649	202.555
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-131.581	-239.837	-117.981	-197.898
3.04.01	Despesas com Vendas	-92.031	-176.569	-75.532	-144.346
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-13.955	-26.277	-10.324	-22.666
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-5.202	-9.726	-4.201	-10.035
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-37.521	-71.204	-31.550	-54.629
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-28.594	-57.470	-23.020	-44.363
3.04.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	104	1.537	-404	-968
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.814	-3.320	-1.501	-2.618
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-743	-1.694	-493	-1.275
3.04.01.08	Despesas com Aluguéis	-2.290	-4.529	-2.160	-4.029
3.04.01.09	Outras Despesas	-2.016	-3.886	-1.879	-3.763
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.294	-23.923	-11.986	-23.914
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-6.586	-12.564	-5.974	-12.021
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.206	-6.506	-3.186	-6.755
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-511	-1.017	-729	-1.408
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-570	-1.100	-588	-1.025
3.04.02.05	Materiais Diversos	-227	-447	-204	-374
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-15	-19	-41	-59
3.04.02.07	Despesas com Aluguéis	-89	-392	-135	-332
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.090	-1.878	-1.129	-1.940
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.964	29.785	6.593	7.236
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	19.964	29.785	6.593	7.236
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49.070	-62.929	-17.354	-22.371
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-47.645	-60.031	-16.130	-19.916

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04.05.02	Desp.c/Partic.nos Resultados	-1.425	-2.898	-1.224	-2.455
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.850	-6.201	-19.702	-14.503
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.207	-1.229	-3.332	4.657
3.06	Resultado Financeiro	-65.681	-61.413	-30.777	-38.801
3.06.01	Receitas Financeiras	7.258	25.478	1.841	25.666
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.624	2.739	1.375	2.538
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	5.634	22.739	466	23.128
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.939	-86.891	-32.618	-64.467
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-29.018	-42.116	-12.578	-22.690
3.06.02.03	V.Cambial Passiva	-43.921	-44.775	-20.040	-41.777
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-70.888	-62.642	-34.109	-34.144
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20.250	13.901	4.624	6.209
3.08.01	Corrente	0	0	-432	-432
3.08.02	Diferido	20.250	13.901	5.056	6.641
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-50.638	-48.741	-29.485	-27.935
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-725	-2.243	-1.388	-2.821
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-51.363	-50.984	-30.873	-30.756
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,95	-0,943	-0,571	-0,569
3.99.01.02	ON	-0,95	-0,943	-0,571	-0,569
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-19.001	-18.860	-11.421	-11.378
3.99.02.02	ON	-32.362	-32.124	-19.452	-19.378

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-51.363	-50.984	-30.873	-30.756
4.02	Outros Resultados Abrangentes	39.552	30.640	36.208	28.466
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	36.743	27.480	36.264	28.277
4.02.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	2.809	3.160	-56	189
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.811	-20.344	5.335	-2.290

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.156	19.806
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-58.335	-10.932
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	-62.642	-36.965
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8.490	7.712
6.01.01.03	Perdas estimadas cré.d. liquid.duvidosa	252	1.422
6.01.01.04	Provisão (reversão de prov.) de Estoques	1.235	841
6.01.01.05	Imp.de Renda e Contrib.Social-Diferidos	-13.901	-6.642
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	6.201	17.324
6.01.01.07	Vlr.Residual do At.Não Circulante	70	2.524
6.01.01.08	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	1.369	2.595
6.01.01.09	Provisões Diversas	591	819
6.01.01.10	Outros	0	-562
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62.906	-20.773
6.01.02.01	V.C.e Monet.s/Empréstimos, líq.	-10.421	10.024
6.01.02.05	V.C.e Monet.s/Soc.Contr.Ligadas, líq.	-25.945	-17.510
6.01.02.06	V.C.e Monet.Valores de Terceiros, líq.	3.543	-1.483
6.01.02.07	Juros e V.Monet.s/imp.parc.e Atrasados	-30.083	-11.804
6.01.03	Outros	107.085	51.511
6.01.03.01	Clientes	-48.847	2.899
6.01.03.02	Estoques	3.574	-2.471
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-6.511	-4.257
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	4.437	2.368
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-22.421	-450
6.01.03.06	Fornecedores	5.873	-2.607
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	4.776	4.170
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	58.539	9.516
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	66.220	29.339
6.01.03.10	Valores de Terceiros	37.758	2.965
6.01.03.11	Outras Contas a Pagar	3.687	10.039
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.195	-5.862
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	3.025	2.520
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-11.083	-6.841
6.02.03	Investimentos em Controladas	10.415	0
6.02.07	Adições ao Intangível	-162	-1.541
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.763	14.423
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	52.989	65.064
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-46.226	-50.641
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.198	28.367
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.900	16.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.702	45.146

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-889.576	46.741	-19.066
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-889.576	46.741	-19.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.282	24.319	-25.963
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.984	0	-50.984
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	702	24.319	25.021
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.479	0
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	702	-702	0
5.05.02.07	Baixa Custo Atribuído Reflexo - Ecoville	0	0	0	0	-2.458	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	993	-993	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	993	-993	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-938.865	70.067	-45.029

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-882.615	18.301	-40.545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-882.615	18.301	-40.545
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.951	27.472	-2.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.756	0	-30.756
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	805	27.472	28.277
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	28.277	28.277
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	805	-805	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.050	-1.050	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.050	-1.050	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-911.516	44.723	-43.024

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	776.320	603.741
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	744.998	597.474
7.01.02	Outras Receitas	29.785	7.235
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.537	-968
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-531.923	-383.653
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-354.244	-251.890
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-144.103	-114.530
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-33.576	-17.233
7.03	Valor Adicionado Bruto	244.397	220.088
7.04	Retenções	-8.490	-7.712
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.490	-7.712
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	235.907	212.376
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.035	8.343
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.444	-17.324
7.06.02	Receitas Financeiras	25.479	25.667
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	252.942	220.719
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	252.942	220.719
7.08.01	Pessoal	69.876	63.976
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.777	47.123
7.08.01.02	Benefícios	14.233	13.093
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.866	3.760
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	140.996	117.602
7.08.02.01	Federais	68.268	72.082
7.08.02.02	Estaduais	71.072	44.305
7.08.02.03	Municipais	1.656	1.215
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.055	69.897
7.08.03.01	Juros	40.327	20.476
7.08.03.02	Aluguéis	7.118	6.561
7.08.03.03	Outras	45.610	42.860
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-50.985	-30.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-50.985	-30.756

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	715.346	719.917
1.01	Ativo Circulante	336.746	329.906
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.224	30.218
1.01.01.01	Caixa e Bancos	7.403	6.879
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	16.821	23.339
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.947	8.423
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.947	8.423
1.01.02.01.03	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.947	8.423
1.01.03	Contas a Receber	237.055	180.081
1.01.03.01	Clientes	219.131	165.486
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	224.979	172.623
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-5.848	-7.137
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.924	14.595
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	17.924	14.595
1.01.04	Estoques	54.751	95.605
1.01.04.01	Estoques	54.751	95.605
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.464	12.860
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.464	12.860
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	8.464	12.860
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.305	2.719
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	7.305	2.719
1.02	Ativo Não Circulante	378.600	390.011
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.537	50.748
1.02.01.03	Contas a Receber	35.562	23.529
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.562	23.529
1.02.01.04	Estoques	0	25.450
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.427	0
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.427	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.548	1.769
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.548	1.769
1.02.03	Imobilizado	308.723	308.337
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	308.723	308.337
1.02.04	Intangível	30.340	30.926
1.02.04.01	Intangíveis	30.340	30.926
1.02.04.01.02	Intangíveis	30.340	30.926

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	715.346	719.917
2.01	Passivo Circulante	336.060	303.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.351	15.504
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.830	4.622
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	6.830	4.622
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.521	10.882
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	196	196
2.01.01.02.02	Provisão de Férias	11.050	10.686
2.01.01.02.03	Provisão 13º Salário	2.275	0
2.01.02	Fornecedores	111.108	102.665
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	111.105	102.085
2.01.02.01.01	Fornecedores	111.105	102.085
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3	580
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.855	83.746
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.472	73.452
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.109	16.010
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	61.363	57.442
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.383	10.294
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	10.383	10.294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	95.590	76.002
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	94.986	75.480
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	94.986	75.480
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	604	522
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	604	522
2.01.05	Outras Obrigações	22.136	17.740
2.01.05.02	Outros	22.136	17.740
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	22.136	17.740
2.01.06	Provisões	8.020	7.429
2.01.06.02	Outras Provisões	8.020	7.429
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	8.020	7.429
2.02	Passivo Não Circulante	424.315	432.523
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	59.859	65.332
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59.347	64.883
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.347	64.883
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	512	449
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	512	449
2.02.02	Outras Obrigações	301.371	290.367
2.02.02.02	Outros	301.371	290.367
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	65.307	143.123
2.02.02.02.04	Valores a Pagar - Terceiros	150.690	61.981
2.02.02.02.07	Provisão para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	85.374	85.263
2.02.03	Tributos Diferidos	47.648	63.857
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.648	63.857
2.02.04	Provisões	15.437	12.967
2.02.04.02	Outras Provisões	15.437	12.967

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.04	Provisões diversas	15.437	12.967
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-45.029	-15.692
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.01.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.02.07	Reservas de Capital	28.627	28.627
2.03.03	Reservas de Reavaliação	37.492	38.485
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	37.492	38.485
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-938.866	-889.576
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	68.622	71.782
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído-Próprio	1.986	4.549
2.03.06.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído-Reflexo	66.636	67.233
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-36.046	-63.526
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	-36.046	-63.526
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	3.374

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	287.518	561.028	246.895	453.670
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-157.254	-317.074	-132.460	-252.064
3.03	Resultado Bruto	130.264	243.954	114.435	201.606
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-140.155	-244.154	-100.127	-187.241
3.04.01	Despesas com Vendas	-95.704	-182.717	-76.040	-145.072
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-14.640	-27.466	-10.323	-22.666
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-6.144	-10.823	-4.445	-10.311
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-38.639	-73.422	-31.806	-55.112
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-28.988	-58.021	-23.072	-44.415
3.04.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	135	1.566	-404	-968
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-2.140	-3.948	-1.501	-2.618
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-796	-1.851	-493	-1.275
3.04.01.09	Despesas com Aluguéis	-2.187	-4.451	-2.117	-3.944
3.04.01.10	Outras Despesas	-2.305	-4.301	-1.879	-3.763
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.786	-27.546	-13.335	-27.239
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-6.576	-12.568	-6.478	-13.017
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-3.359	-6.780	-3.330	-7.062
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-2.783	-4.326	-1.548	-3.033
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-551	-1.100	-600	-1.039
3.04.02.05	Materiais Diversos	-228	-448	-206	-377
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-15	-19	-74	-195
3.04.02.07	Despesas de Aluguéis	-13	-240	-75	-211
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.261	-2.065	-1.024	-2.305
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.962	29.786	6.616	7.541
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	19.962	29.786	6.616	7.541
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49.627	-63.677	-17.368	-22.471
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-48.202	-60.779	-16.144	-20.016

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04.05.02	Desp.c/Partic.nos Resultados	-1.425	-2.898	-1.224	-2.455
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.891	-200	14.308	14.365
3.06	Resultado Financeiro	-61.398	-63.240	-49.083	-49.789
3.06.01	Receitas Financeiras	22.408	40.328	17.512	39.054
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.630	2.749	1.380	2.550
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	20.778	37.579	16.132	36.504
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.806	-103.568	-66.595	-88.843
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-29.144	-42.373	-12.689	-22.913
3.06.02.03	Variação Cambial Passiva	-54.662	-61.195	-53.906	-65.930
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-71.289	-63.440	-34.775	-35.424
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20.651	14.699	5.053	7.031
3.08.01	Corrente	-4	-20	-445	-458
3.08.02	Diferido	20.655	14.719	5.498	7.489
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-50.638	-48.741	-29.722	-28.393
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-725	-2.243	-1.388	-2.821
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-1.388	-2.821
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-51.363	-50.984	-31.110	-31.214
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-51.363	-50.984	-30.873	-30.756
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-237	-458
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	-0,95	-0,943	-0,571	-0,569
3.99.01.02	ON	-0,95	-0,943	-0,571	-0,569
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-19.001	-18.860	-11.421	-11.378
3.99.02.02	ON	-32.362	-32.124	-19.452	-19.378

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-51.363	-50.984	-30.873	-30.756
4.02	Outros Resultados Abrangentes	39.552	30.640	36.208	28.466
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	36.743	27.480	36.264	28.277
4.02.02	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	2.809	3.160	-56	189
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-11.811	-20.344	5.335	-2.290
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-11.811	-20.344	5.957	-1.040
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-622	-1.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.605	-7.032
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-64.640	-25.622
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	-63.440	-35.422
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	11.813	12.074
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-1.289	1.421
6.01.01.04	Provisão (reversão de provisão) de Estoques	1.235	841
6.01.01.06	Vlr.Residual do At.Não Circulante	78	3.094
6.01.01.07	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	111	2.596
6.01.01.08	Provisões Diversas	3.061	1.215
6.01.01.09	Outros	0	650
6.01.01.10	Imp.de Renda e Contrib.Social-Diferidos	-16.209	-7.491
6.01.01.11	Operações Descontinuadas líquido de caixa	0	-4.600
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76.391	-33.156
6.01.02.01	V.C.e Monet.s/Empréstimos, líq.	-10.663	11.631
6.01.02.06	V.C.e Monet.s/Soc.Control.Ligadas, líq.	-27.526	-28.287
6.01.02.07	V.C.e Monet.s/Valores de Terceiros, líq.	-3.294	-4.673
6.01.02.08	Juros e V.Monet.s/Imp.parc.e Atrasados, líq.	-34.908	-11.827
6.01.03	Outros	136.426	51.746
6.01.03.01	Clientes	-52.356	1.844
6.01.03.02	Estoques	65.069	-3.387
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-7.013	-4.290
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	4.617	2.287
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-15.362	-1.312
6.01.03.06	Fornecedores	8.443	247
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	4.847	4.271
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	62.159	10.156
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	55.006	25.456
6.01.03.10	Participação dos minoritários	0	150
6.01.03.14	Valores de Terceiros	6.620	6.156
6.01.03.15	Outras Contas a Pagar	4.396	10.168
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.352	17.865
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	3.476	2.521
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-11.666	-11.279
6.02.04	Ajuste Acumulado de conversão	0	28.277
6.02.09	Adições ao Ativo Intangível	-162	-1.654
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.963	13.523
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	53.918	66.207
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-46.955	-52.684
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.994	24.356
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.218	22.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.224	46.552

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-889.576	46.741	-19.066	3.374	-15.692
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-889.576	46.741	-19.066	3.374	-15.692
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.282	24.319	-25.963	-3.374	-29.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.984	0	-50.984	0	-50.984
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	702	24.319	25.021	-3.374	21.647
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.479	0	0	0
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	702	-702	0	0	0
5.05.02.07	Baixa Custo Atribuído Reflexo - Ecoville	0	0	0	0	-2.458	0	0	0
5.05.02.08	Participação acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3.374	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	993	-993	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	993	-993	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-938.865	70.067	-45.029	0	-45.029

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	28.627	0	-882.615	18.301	-40.545	2.989	-37.556
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	28.627	0	-882.615	18.301	-40.545	2.989	-37.556
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.951	27.472	-2.479	-604	-3.083
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.756	0	-30.756	-604	-31.360
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	805	27.472	28.277	0	28.277
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	28.277	28.277	0	28.277
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	805	-805	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.050	-1.050	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.050	-1.050	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	28.627	0	-911.516	44.723	-43.024	2.385	-40.639

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	782.586	605.699
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	751.234	598.571
7.01.02	Outras Receitas	29.786	8.096
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.566	-968
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-540.970	-383.851
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-357.046	-254.121
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-149.628	-116.350
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-34.296	-13.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	241.616	221.848
7.04	Retenções	-11.814	-12.078
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.814	-12.078
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	229.802	209.770
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.901	39.146
7.06.02	Receitas Financeiras	39.901	39.146
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	269.703	248.916
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	269.703	248.916
7.08.01	Pessoal	70.884	64.923
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.553	47.867
7.08.01.02	Benefícios	14.407	13.256
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.924	3.800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	140.192	118.471
7.08.02.01	Federais	67.822	71.535
7.08.02.02	Estaduais	70.695	44.203
7.08.02.03	Municipais	1.675	2.733
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	109.698	95.028
7.08.03.01	Juros	40.571	22.998
7.08.03.02	Aluguéis	5.072	4.951
7.08.03.03	Outras	64.055	67.079
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-51.071	-30.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-51.071	-30.756
7.08.05	Outros	0	1.250

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE

As Demonstrações Contábeis do trimestre findo em 30 de junho de 2013 apresentaram os seguintes destaques:

- A receita líquida neste trimestre foi 16% superior à obtida no mesmo período do exercício anterior (R\$ 287.518 versus R\$ 246.895), reflexo do alto volume vendido ao mercado neste período de 2013.
- O resultado bruto (receita líquida menos custo dos produtos vendidos) foi maior neste trimestre em R\$ 15.829 (R\$ 130.264 versus R\$ 114.435 em 2012), um aumento de 14% sobre o ano anterior, reflexo do aumento do volume vendido neste período de 2013.
- As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram quando comparadas com o mesmo período do exercício anterior (R\$ 110.490 versus R\$ 89.375 em 2012) devido ao aumento do volume de vendas dos produtos químicos, as linhas que mais impactaram foram despesas com fretes e promoção de vendas.
- O resultado financeiro líquido apresentou um aumento, fechando este trimestre com um montante negativo de R\$ 61.398, contra R\$ 49.083, sendo que as despesas financeiras líquidas foram de R\$ 27.514, contra R\$ 11.309. Já a variação cambial líquida negativa foi de R\$ 33.884, contra 37.774, em decorrência do aumento do endividamento bancário, do indexador de correção dos contratos financeiros (CDI) e da adesão ao PEP parcelamento do ICMS-SP.
- O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos neste trimestre foi R\$ 9.891 (negativo) apresentando uma redução em comparação com o período anterior R\$ 14.308 (positivo). O resultado líquido das operações neste trimestre foi negativo em R\$ 50.638 apresentando um aumento em comparação com período anterior R\$ 29.722 (negativo) decorrente principalmente do maior volume de vendas, da variação cambial e da inflação incidente nos custo dos insumos.
- O LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) neste trimestre foi de R\$ 23.206, representando 8,1% sobre a Receita Líquida no período. No mesmo período do exercício anterior o LAJIDA foi de R\$ 27.417, representando 11,1% sobre a receita líquida. O LAJIDA foi impactado principalmente pelo do aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas, da variação cambial e da inflação.

	2º trimestre/13	2º trimestre/12
Lucro (prejuízo) líquido do período	(50.638)	(29.722)
Imposto de renda e contribuição social	(20.651)	(5.053)
Receitas/Despesas não recorrentes	27.135	6.869
Resultado financeiro líquido	61.398	49.083
Depreciação e amortização	5.962	6.240
LAJIDA	23.206	27.417
Receita líquida	287.518	246.895
LAJIDA sobre a receita líquida (%)	8,1%	11,1%

Comentário do Desempenho

Nas contas patrimoniais, comparando-se a posição ao final deste trimestre (30 de junho de 2013) com aquela observada no exercício anterior (31 de dezembro de 2012), podemos destacar os seguintes pontos:

- A conta “clientes” fechou o trimestre com R\$ 219.131 contra R\$ 165.486 no exercício anterior;
- A conta “estoques” apresentou saldo de R\$ 54.751 neste trimestre contra R\$ 95.605 no exercício anterior;
- O ativo não circulante fechou o trimestre com saldo de R\$ 378.600, contra R\$ 390.011 no exercício anterior;
- O passivo circulante apresentou saldo de R\$ 336.060 neste trimestre contra R\$ 303.086 no exercício anterior;
- O endividamento financeiro líquido da Companhia encerrou este trimestre em R\$ 126.278 versus R\$ 104.873 no exercício anterior. A porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo foi de 61% versus 53% no exercício anterior;
- Adicionalmente, a Companhia apresentou um índice de liquidez corrente de 1,00 contra 1,09 no exercício anterior;
- O patrimônio líquido da Companhia, que era negativo em R\$ 15,7 milhões ao término do quarto trimestre de 2012, fecha este trimestre com R\$ 45,0 milhões negativos, refletindo os efeitos da aplicação do CPC 02 (Lei 11.638/07).
- A Companhia concluiu em 28 de Junho de 2013 a venda da totalidade da participação que detinha na Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. para a Succespar Real Estate Desenvolvimento Imobiliário S.A. A negociação foi extremamente positiva tanto no âmbito financeiro quanto no de negócios, visto o impacto no caixa com ingresso de recursos bem como a desoneração de ativos e obrigações distintas aos negócios da companhia, visando focar exclusivamente no seu setor de atividade fim.

Notas Explicativas

BOMBRIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

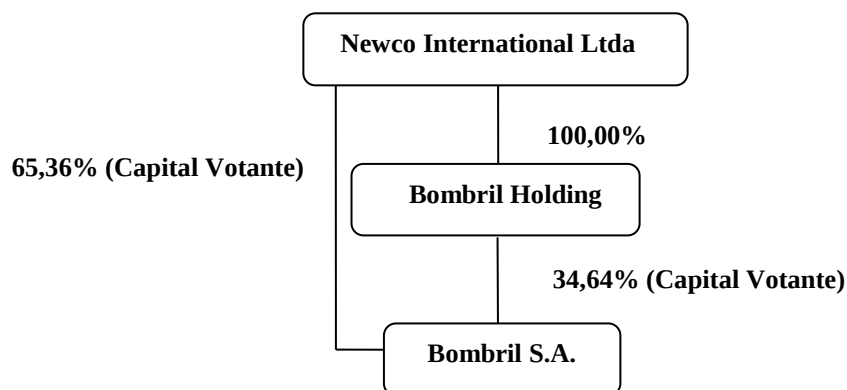
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Newco International Limited, empresa sediada na República das Bahamas, tendo como principal acionista o Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira. A sua sede e principal local de negócios se situam na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lã de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, Tanto, MonBijou, Lysoform entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Cirio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A..

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



A Administração tem colocado em ação uma série de medidas visando o direcionamento da Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhoria da sua situação patrimonial e financeira e aumento da geração positiva de seu fluxo de caixa.

Entre estas medidas, destacamos:

- (i) Permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, negociação com os principais fornecedores e o fortalecimento dos controles internos;

Notas Explicativas

- (ii) Revisão qualitativa nas políticas comerciais, buscando melhor equilíbrio nas relações com os clientes e rentabilidade dos produtos;
- (iii) Equalização do perfil de endividamento financeiro da Companhia, gerando caixa para o capital de giro e buscando recursos de médio e longo prazo no mercado financeiro, preferencialmente para os investimentos necessários à sua expansão;
- (iv) Manutenção dos investimentos industriais que são de fundamental importância para a atualização e modernização do parque fabril, além de proporcionar significativas reduções de custos;
- (v) Investimentos em campanhas de marketing para preservação e crescimento da imagem e presença dos produtos no mercado, nos diversos segmentos em que atua;
- (vi) Desenvolvimento e lançamento de diversos produtos, ampliando a cesta de soluções de higiene e limpeza, como requisito para a expansão dos negócios e maior presença da Companhia no mercado;
- (vii) Projetos de redução de custos e de desenvolvimento da malha de distribuição comercial e logística, através de projeto de “Go to Market” entre outros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 25 de julho de 2013, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas informações contábeis intermediárias.

2.1. Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”)

e suas interpretações (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações contábeis intermediárias individuais diferem do IFRS, aplicável às informações contábeis intermediárias separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas, controladas em conjunto e coligadas, enquanto conforme as regras do IFRS seriam ao custo ou ao valor justo.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Informações contábeis intermediárias Consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Essas informações contábeis intermediárias apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a

Notas Explicativas

Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração está tomando as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 21,08% e participação indireta de 78,92% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S/A com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	30.06.13		31.12.12	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	0%	0%	78,18%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	0%	0%	0%	59,71%
São Paulo Prime Outlets S.A.	0%	0%	0%	24,49%
Bril Cosméticos S.A.	21,08%	78,92%	1,85%	98,15%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Notas Explicativas

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e

Notas Explicativas

amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

Notas Explicativas

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos

Notas Explicativas

seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

n.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos

Notas Explicativas

financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

n.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

Notas Explicativas

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria informações trimestral individual e consolidada.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

o. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

p. Reconhecimento da receita de vendas

Notas Explicativas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Bombril S.A..

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória conforme as IFRSs.

2.4. Novas normas e interpretações que entraram em vigor em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, e estão em vigor desde 1 de janeiro de 2013.

IAS 19 – Benefícios a empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM publicou a Deliberação nº 695 que aprova a CPC 33 (R1) “Benefícios a empregados” e que incorporou as mudanças do IAS 19 alterada em junho de 2011. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 10 – Informações contábeis intermediárias consolidadas

Em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 698 que aprova a CPC 36 (R3) “Demonstrações consolidadas” e que incorporou as mudanças pelo IFRS 10. A nova norma apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se

Notas Explicativas

uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Administração efetuou a análise dessa norma e concluiu que ela não identificou impactos às suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRS 11 - "Negócios em conjunto"

Em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 694 que aprova a CPC 19 (R2) “Negócios em conjunto” e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11. A principal alteração introduzida por essa norma é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 697 que aprova a CPC 45 “Divulgação de participações em outras entidades” e que incorporou as mudanças pelo IFRS 12. A norma trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo

Em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 699 que aprova a CPC 46 “Mensuração do valor justo” que incorporou as mudanças pelo IFRS 13. O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 27 – Informações contábeis intermediárias separadas

Em 08 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 693 que aprova a CPC 35 (R2) “Demonstrações separadas” e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IAS 27 revisado pelo IASB em maio de 2011. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações contábeis separadas. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 28 – Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 696 que aprova a CPC 18 (R2) “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto” e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IAS 28 revisado pelo IASB em maio de 2011. A alteração dessa norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de

Notas Explicativas

investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. A Administração avaliou essa norma e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Esta norma aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

Esta norma traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A principal modificação foi à exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado subsequentemente (ajustes de reclassificação). Essas alterações, contudo, não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A norma será aplicável a partir de 1º de julho de 2013.

IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos

Em maio de 2013 o IASB atualizou este pronunciamento, detalhando aspectos relacionados a divulgação do impairment de ativos não financeiros. Esta atualização entra em vigor em 01 de janeiro de 2014, e a Administração está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Notas Explicativas

Em junho de 2013 o IASB atualizou este pronunciamento, com destaque para eventos de hedge accounting. Esta atualização entra em vigor em 01 de janeiro de 2014, e segundo análise da Administração não deverá produzir efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRIC 21

Em maio de 2013 o IASB emitiu uma nova interpretação orientando a respeito do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais. Os efeitos produzidos por esta interpretação são requeridos a partir de 01 de janeiro de 2014, e a Administração está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis da Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IASs e IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das informações contábeis intermediárias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o crédito tributário.

Notas Explicativas

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Caixa e bancos	6.881	5.742	7.403	6.879
Aplicações financeiras (a)	16.821	23.158	16.821	23.339
Total	23.702	28.900	24.224	30.218

(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) – de 96,50% a 98,20%.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Investimento mantidos até o vencimento			
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Operações compromissadas (a)	4.947	7.972	4.947	8.423
Total	4.947	7.972	4.947	8.423

(a) As operações compromissadas estão atreladas a operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 100% e 109% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Contas a receber de clientes	220.321	171.474	224.979	172.623
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(5.836)	(5.584)	(5.848)	(7.137)
Total	214.485	165.890	219.131	165.486

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Notas Explicativas

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
A vencer	180.443	136.965	183.826	136.101
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	19.407	21.012	20.014	21.270
De 31 a 60 dias	3.524	4.221	3.705	4.256
De 61 a 90 dias	1.630	929	1.737	994
Acima de 90 dias	15.317	8.347	15.697	10.002
	<u>220.321</u>	<u>171.474</u>	<u>224.979</u>	<u>172.623</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no exercício encerrado em 30 de junho de 2013 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(2.420)	(4.030)
Adições	(3.513)	(3.456)
Baixas	349	349
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(5.584)</u>	<u>(7.137)</u>
Adições	<u>(612)</u>	<u>(595)</u>
Baixas	360	360
Operações descontinuadas - Ecoville	-	1.524
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>(5.836)</u>	<u>(5.848)</u>

7. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Adiantamento a empregados	1.967	1.130	1.980	1.155
Adiantamento a fornecedores	260	215	417	679
Bloqueio judicial	2.226	1.947	2.345	1.977
Despesas antecipadas	9.149	2.638	9.732	2.719
Contas a Receber - Succespar Real Estate Desenv. Imob. S/A (a)	20.369	10.783	20.375	10.784
Total	33.971	16.713	34.849	17.314
Circulante	24.358	16.713	25.229	17.314
Não Circulante	9.613	-	9.620	-

(a) Substantivamente representado pelo valor a receber, provenientes da alienação do investimento na Ecoville.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Produtos acabados	17.346	30.828	21.094	34.207
Produtos em elaboração	611	733	611	733
Matérias-primas	15.190	11.184	15.190	11.184
Materiais de embalagem	18.266	13.089	18.266	13.089
Projetos imobiliários	-	-	-	61.865
Provisão para obsolescência	(2.865)	(1.631)	(2.865)	(1.631)
Importações em andamento	973	502	973	502
Outros	1.481	1.106	1.481	1.106
Total	51.002	55.811	54.750	121.055
Circulante	51.002	55.811	54.750	95.605
Não circulante	-	-	-	25.450

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(470)
Adições	(3.516)
Reversão de provisão	<u>2.355</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>(1.631)</u>
Adições	<u>(2.489)</u>
Reversão de provisão	<u>1.255</u>
Saldo em 30 de junho 2013	<u>(2.865)</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	195	6.922	671	8.274
ICMS a recuperar	6.240	4.605	6.349	4.005
Pis e Cofins a recuperar	2.969	1.427	2.992	1.453
Outros	<u>-</u>	<u>887</u>	<u>-</u>	<u>897</u>
Total	<u>9.404</u>	<u>13.841</u>	<u>10.012</u>	<u>14.629</u>
Circulante	8.316	12.527	8.464	12.860
Não circulante	<u>1.088</u>	<u>1.314</u>	<u>1.548</u>	<u>1.769</u>

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADASControladora

Notas Explicativas**10.1. Ativo**

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Vencimento</u>
<u>Contas a receber:</u>				
Em moeda local:				
Controladas				
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	59	8		
Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	-	12.873	-	31/03/2016
Total	<u>59</u>	<u>12.881</u>		
Circulante	-	-		
Não Circulante	<u>59</u>	<u>12.881</u>		

10.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Vencimento</u>
Controladas				
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Bombril Overseas Inc.(a)	399.317	373.372	-	-
Em moeda local:				
Bombril Mercosul S.A. (b)	<u>14.425</u>	<u>12.917</u>	-	31/01/2017
Total	<u>413.742</u>	<u>386.289</u>		
Circulante	-	-		
Não circulante	<u>413.742</u>	<u>386.289</u>		

(a) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.p.A.. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Notas Explicativas

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertenciam a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao custodiante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Círio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Círio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Círio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Círio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 30 de junho de 2013, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (*putoption*).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [(€ 37.5 milhões)], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [(€ 2.5 milhões)].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.

Notas Explicativas

- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

10.4 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 30 de junho de 2013 e 2012

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	30.06.13	30.06.12	30.06.13	30.06.12
Bombril Mercosul S.A.	2.083	(1.611)	-	-
Bombril Overseas Inc.	-	-	25.945	(17.509)
Total	2.083	(1.611)	25.945	(17.509)

As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.500 para o exercício de 2013, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2013. O montante pago até 30 de junho de 2013 foi de R\$ 2.690 (R\$ 1.767 em 2012), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

Notas Explicativas**12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS**Controladora**12.1. Ativo**

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	235	227	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.350	1.296	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	108.561	108.499		
Provisão para perdas	(108.561)	(108.499)		
Total	-	-		

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Società Sportiva Lázio (a)	26.409	24.383	Euribor Trim.+ 3,2% a.a.	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	262	253	100% do CDI	-
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	38.636	-	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Total	65.307	24.636		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.

Notas ExplicativasConsolidado**12.3. Ativo**

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	328.726	303.192	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	697.678	643.484	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.154	94.154	100% do CDI	- Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	100% do CDI	-
Cirio Brasil S.A. (a)	235	227	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.350	1.296	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.318.107	1.238.317		
Provisão para perdas (b)	(1.318.107)	(1.238.317)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Società Sportiva Lázio (a)	26.409	24.383	Euribor trim. + 3,2% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	38.636	37.345	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Cirio Ltda. (a)	262	253	100% do CDI	-
Total	65.307	61.981		

b) Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração em 30 de junho de 2003 decidiu constituir provisão para perdas, para dar cobertura a eventuais perdas com a realização destes direitos de crédito.

Notas Explicativas

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	30.06.13		31.12.12	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	880.820	-	826.626
Cragnotti & Partners Capital				
Investment Brasil S.A.	94.154	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	328.726	-	303.192
Cirio Brasil S.A.	13.057	-	13.049	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.350	-	1.296	-
Total	<u>108.561</u>	<u>1.209.546</u>	<u>108.499</u>	<u>1.129.818</u>

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

Notas Explicativas

	Controladora	
	30.06.13	31.12.12
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	218.188	217.648
Bombril Overseas Inc	353.724	331.111
Bril Cosméticos S.A.	3.934	308
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	-	7.935
Total	575.846	557.002

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc.	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	217.632	299.185	13.805	895	7.935	539.452
Equivalência patrimonial	(4.003)	3.547	(4.715)	(5.040)	-	(10.211)
Efeitos de variação cambial de investimento no exterior (CPC 02)	4.019	27.815	-	-	-	31.834
Transferência da participação societária para a controlada Bombril Mercosul S/A	-	-	(16.357)	-	-	(16.357)
Aumento de capital	-	564	7.575	-	-	8.139
Transferência para provisão para perdas com investimento	-	-	-	4.145	-	4.145
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217.648	331.111	308	-	7.935	557.002

Notas Explicativas

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc. (b)	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. (c)	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217.648	331.111	308	-	7.935	557.002
Equivalência patrimonial até março 2013	-	(1.522)	(29)	3.381	-	1.830
Aporte de capital em março 2013	-	-	424	-	-	424
Transação de capital em abril 2013	-	-	(136)	-	-	(136)
Equivalência patrimonial em junho 2013	(4.580)	-	(70)	-	-	(4.650)
Aporte de capital em junho 2013	-	-	5.078	-	-	5.078
Transação de capital em junho 2013	1.776	-	(1.641)	-	-	135
Efeitos de variação cambial de						
investimento no exterior	3.344	24.135	-	-	-	27.479
Aumento de capital	-	-	-	51.791	-	51.791
Transferência para o intangível	-	-	-	-	(7.935)	(7.935)
Transferência do investimento para o						
contas a receber da Succespar	-	-	-	(35.148)	-	(35.148)
Transferência da provisão para perda com						
investimento saldo dezembro 2012	-	-	-	(4.145)	-	(4.145)
Baixa do investimento referente a perda na						
alienação da Ecoville a Succespar	-	-	-	(15.879)	-	(15.879)
Saldo em 30 de junho de 2013	218.188	353.724	3.934	-	-	575.846

(a) Bril Cosméticos S.A.

Em 26 de julho de 2012, a Bombril S/A assinou um contrato para a aquisição de 25% da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, passando a obter a participação de 100% do capital social da Bril Cosméticos S.A.

Em 30 de novembro de 2012 foi realizada a AGE deliberando um aumento de R\$ 3.000 (três milhões de reais) no capital social a ser integralizado pelo acionista Bombril S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, a Bombril S/A assinou um instrumento particular de transferência de ações para a controlada Bombril Mercosul S/A correspondente a 98,15% do patrimônio líquido.

Em 28 de junho de 2013 foi realizada a AGE deliberando um aumento de R\$10.000 (dez milhões de reais) no capital social a ser integralizado pelo acionista Bombril S.A.

(b) Bombril Overseas Inc.

Notas Explicativas

Em 24 de abril de 2012, a Bombril S/A aumentou o capital social na empresa Bombril Overseas Inc. em dinheiro no montante de R\$ 564.

(c) Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 28 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda do investimento na Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. e a participação indireta das controladas Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda e São Paulo Prime Outlets S.A. para a Succespar Real Estate Desenvolvimento Imobiliário S.A., cuja participação representava 85,0429% do seu capital social. O valor total desta negociação foi de R\$41.095 sendo R\$ 21.970 a vista e uma parcela no valor de R\$ 19.125 (sendo R\$ 13.178 da Bombril S.A) com vencimento em 27 de agosto de 2013.

Como consequência desta negociação, a Administração da Companhia a luz das praticas contábeis adotadas no Brasil combinadas com os padrões internacionais de contabilidade relativamente aos aspectos relacionados as questões envolvendo operações descontinuadas, apresenta a seguir as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidado da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.:

Demonstração consolidada das operações descontinuadas (i)

	30/06/13	30/06/12
Receita Líquida	-	-
Custo dos produtos vendidos	-	-
Lucro Bruto	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(2.832)	(3.579)
Resultado operacional	(2.832)	(3.579)
Provisão para IRPJ e CSLL	(9)	(37)
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	(2.841)	(3.616)
Participação dos acionistas não-controladores	2	8
Prejuízo da operação descontinuada	(2.839)	(3.608)
Resultado 01/01/2013 á 30/04/2013	(2.504)	-
Resultado 01/05/2013 á 30/06/2013	(335)	-
	(2.839)	-
Participação Bombril 01/01/2012 á 30/04/2013 - 78,1846%	(1.958)	(2.821)
Participação Bombril 01/05/2013 á 30/06/2013 - 85,0429%	(285)	-
Prejuízo proporcional operação descontinuada	(2.243)	(2.821)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa das operações descontinuadas (i)

	30/06/2013	30/06/2012
Aplicados nas atividades operacionais	(52.040)	(808)
Provenientes das atividades de investimento	208	34
Aplicados nas atividades de financiamento	-	(3.826)
Caixa líquido das operações descontinuadas	(51.832)	(4.600)

(*) As demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa incluem as demonstrações individuais da Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. e de suas controladas Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e São Paulo Prime Outlets S.A.

13.3 Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

Notas Explicativas

	30.06.13							31.12.12			
	Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Equivalência patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	220.788	4.131	160.329	-	100%	216.657	(4.335)	(4.335)	217.648	(4.003)	(4.003)
Bombril Mercosul S.A.	232.763	61.104	101.375	1.891	-	171.659	(4.094)	-	175.753	(4.407)	-
Bril Cosméticos S.A.	28.089	9.426	33.000	7.265	29,29%	18.663	(3.505)	(344)	16.665	(4.317)	(4.715)
Bombril Overseas Inc.	403.677	943	1.153.054	-	87,83%	402.734	(1.733)	(1.522)	376.988	4.038	3.547
	885.317	75.604	1.447.758	9.156	-	809.713	(13.667)	(6.201)	787.054	(8.689)	(5.171)

14. IMOBILIZADO**14.1 Composição do imobilizado**

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	depreciação	30.06.13	31.12.12	depreciação	30.06.13	31.12.12
	(%)	Líquido	Líquido	(%)	Líquido	Líquido
Terrenos		-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	225	162	2 a 14	68.062	68.965
Instalações	3 a 50	7.938	8.294	3 a 50	8.131	8.520
Máquinas e equipamentos	3 a 50	61.260	62.474	3 a 50	96.758	95.715
Móveis e utensílios	10 a 50	1.713	1.626	10 a 50	1.871	1.814
Veículos	17 a 25	733	870	17 a 25	739	876
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	1.216	670	20 a 50	1.263	672
Imobilizações em andamento (a)	-	13.305	10.176	-	13.307	14.190
Benfeitorias em imóveis da						
Controlada	4 a 8	24.271	23.263	4 a 8	24.270	23.263
Outros bens	25	130	1	25	130	130
Total		<u>110.791</u>	<u>107.536</u>		<u>308.723</u>	<u>308.337</u>

(a) Em 30 de junho de 2013, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e ênfase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultado em uma mais valia a época de R\$ 89.503 registrado tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 30 de junho de 2013 é de R\$ 56.807 (R\$ 58.310 em 31 de dezembro de 2012), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

14.2 Movimentação Controladora

Notas Explicativas

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.11	248	11.799	80.132	2.330	1.572	3.110	31.515	16	21.398	35	152.155
Adições	-	1.309	2.760	17	-	328	3.189	102	1.902	-	9.607
Baixas	-	-	(40)	(8)	(35)	(259)	(2)	(16)	-	(32)	(392)
Transferências	-	1.600	18.145	640	-	32	(24.526)	(102)	4.211	-	-
Saldo em 31.12.12	248	14.708	100.997	2.979	1.537	3.211	10.176	-	27.511	3	161.370
Adições	4	4	1.897	180	-	640	7.043	-	1.178	137	11.083
Baixas	-	-	(130)	-	-	(2)	-	-	-	-	(132)
Transferências	61	276	3.003	37	-	21	(3.914)	-	516	-	-
Saldo em 30.06.13	313	14.988	105.767	3.196	1.537	3.870	13.305	-	29.205	140	172.321

Depreciação acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Imp.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.11	(82)	(5.219)	(29.061)	(1.149)	(403)	(2.495)	-	-	(3.003)	(33)	(41.445)
Adições	(4)	(1.195)	(9.496)	(208)	(277)	(299)	-	-	(1.245)	(1)	(12.725)
Baixas	-	-	34	4	13	253	-	-	-	32	336
Saldo em 31.12.12	(86)	(6.414)	(38.523)	(1.353)	(667)	(2.541)	-	-	(4.248)	(2)	(53.834)
Adições	(2)	(636)	(6.043)	(130)	(137)	(114)	-	-	(688)	(8)	(7.758)
Baixas	-	-	59	-	-	1	-	-	2	-	62
Saldo em 30.06.13	(88)	(7.050)	(44.507)	(1.483)	(804)	(2.654)	-	-	(4.934)	(10)	(61.530)

Saldo líquido em 31.12.12	162	8.294	62.474	1.626	870	670	10.176	-	23.263	1	107.536
Saldo líquido em 30.06.13	225	7.938	61.260	1.713	733	1.216	13.305	-	24.271	130	110.791

14.3 Movimentação do Consolidado

Notas Explicativas

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.11	94.192	87.560	18.112	184.456	7.140	1.964	6.353	37.077	16	21.398	179	458.447
Adições	-	-	1.309	3.375	17	-	328	6.249	102	1.902	-	13.282
Baixas	-	-	-	(77)	(40)	(35)	(655)	(1)	(16)	-	(32)	(856)
Transferências	-	-	1.600	22.754	640	-	32	(29.135)	(102)	4.211	-	-
Saldo em 31.12.12	94.192	87.560	21.021	210.508	7.757	1.929	6.058	14.190	-	27.511	147	470.873
Adições	-	4	4	2.876	180	-	704	6.598	-	1.163	137	11.666
Baixas	-	-	-	(172)	-	-	(2)	-	-	-	-	(174)
Operações Descontinuadas - Ecoville	-	-	-	(357)	(241)	(259)	(162)	-	-	-	(129)	(1.148)
Transferências	-	61	276	6.570	37	-	21	(7.481)	-	516	-	-
Saldo em 30.06.13	94.192	87.625	21.301	219.425	7.733	1.670	6.619	13.307	-	29.190	155	481.217

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Importações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.11	-	(16.659)	(11.000)	(98.617)	(5.708)	(788)	(5.736)	-	-	(3.003)	(46)	(141.557)
Adições	-	(1.936)	(1.501)	(16.244)	(269)	(278)	(299)	-	-	(1.245)	(2)	(21.774)
Baixas	-	-	-	68	34	13	649	-	-	-	31	795
Saldo em 31.12.12	-	(18.595)	(12.501)	(114.793)	(5.943)	(1.053)	(5.386)	-	-	(4.248)	(17)	(162.536)
Adições	-	(968)	(669)	(8.319)	(160)	(137)	(133)	-	-	(674)	(8)	(11.068)
Baixas	-	-	-	93	-	-	1	-	-	2	-	96
Operações Descontinuadas - Ecoville	-	-	-	352	241	259	162	-	-	-	-	1.014
Saldo em 30.06.13	-	(19.563)	(13.170)	(122.667)	(5.862)	(931)	(5.356)	-	-	(4.920)	(25)	(172.494)
Saldo líquido em 31.12.12	94.192	68.965	8.520	95.715	1.814	876	672	14.190	-	23.263	130	308.337
Saldo líquido em 30.06.13	94.192	68.062	8.131	96.758	1.871	739	1.263	13.307	-	24.270	130	308.723

15. INTANGÍVEL**15.1 Composição**

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.331	18.331
Software (b)	3.979	4.549	4.074	4.660
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	7.935	-	7.935	7.935
Total	11.914	4.549	30.340	30.926

- (a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A.. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição para o montante de R\$ 18.331.
- (b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.
- (c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio Líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 11,17% ao ano (11,17% ao ano em 2012).

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas**15.2 Movimentação –Controladora**

Custo	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.11	6.206	-	6.206
Adições	3.504	-	3.504
Baixas	(148)	-	(148)
Saldo em 31.12.12	9.562	-	9.562
Adições	162	-	162
Tansf.de investimentos	-	7.935	7.935
Saldo em 30.06.13	9.724	7.935	17.659
Amortização	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.11	(4.039)	-	(4.039)
Amortização	(974)	-	(974)
Saldo em 31.12.12	(5.013)	-	(5.013)
Adições	(732)	-	(732)
Saldo em 30.06.13	(5.745)	-	(5.745)
Saldo líquido em 31.12.12	4.549	-	4.549
Saldo líquido em 30.06.13	3.979	7.935	11.914

Movimentação – Consolidado

Notas Explicativas

Baixas	(1.665)	(188)	-	(1.853)
Saldo em 31.12.12	<u>18.335</u>	<u>23.338</u>	<u>8.452</u>	<u>50.125</u>
Adições	-	162	-	162
Operações descontinuadas - Ecoville	-	(12)	-	(12)
Saldo em 30.06.13	<u>18.335</u>	<u>23.488</u>	<u>8.452</u>	<u>50.275</u>
Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	
Saldo em 31.12.11	-	(17.725)	(517)	(18.242)
Amortização	(4)	(954)	-	(958)
Saldo em 31.12.12	<u>(4)</u>	<u>(18.679)</u>	<u>(517)</u>	<u>(19.200)</u>
Amortização	-	(745)	-	(745)
Operações descontinuadas - Ecoville	-	10	-	10
Saldo em 30.06.13	<u>(4)</u>	<u>(19.414)</u>	<u>(517)</u>	<u>(19.935)</u>
Saldo líquido em 31.12.12	<u>18.331</u>	<u>4.659</u>	<u>7.935</u>	<u>30.925</u>
Saldo líquido em 30.06.13	<u>18.331</u>	<u>4.074</u>	<u>7.935</u>	<u>30.340</u>

16. FORNECEDORES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Fornecedores - matéria prima	81.545	80.661	82.488	79.343
Fornecedores - transportes	27.455	22.985	27.840	23.061
Fornecedores - exterior	780	261	780	261
Total	109.780	103.907	111.108	102.665

16.1. Por vencimento

Intervalo	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
A vencer	90.714	87.261	91.795	86.019
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	14.747	12.999	14.766	12.999
De 31 a 60 dias	1.443	1.654	1.456	1.654
De 61 a 90 dias	723	576	727	576
Acima de 90 dias	2.153	1.417	2.364	1.417
	109.780	103.907	111.108	102.665

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Provisão de férias e 13º.salário	16.792	11.928	17.001	12.053
Encargos sociais a pagar	3.300	3.388	3.350	3.451
Total	20.092	15.316	20.351	15.504

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**18.1. Composição**

Notas Explicativas

	Taxa média anual de encargos %	Controladora		Consolidado	
		30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
<u>Em moeda estrangeira:</u>					
Dólar norte-americano					
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)	5,10	119	2.172	119	2.172
<u>Em moeda local:</u>					
Arrendamento Mercantil	15,31	661	972	661	972
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	7,73	12.818	15.154	19.983	21.877
Capital de giro	13,46	134.686	116.313	134.686	116.313
Total		148.284	134.611	155.449	141.334
Circulante		94.981	75.273	95.590	76.002
Não circulante		53.303	59.338	59.859	65.332

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
2014	29.620	39.835	30.195	40.787
2015	19.264	15.084	20.679	16.312
após 2015	4.419	4.419	8.985	8.233
Total	53.303	59.338	59.859	65.332

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**19.1. Controladora**

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Parcelamento - Refis IV (a)	29.612	33.922	100.114	112.293
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.444	2.408	3.187	4.342
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.608	2.037	10.458	8.255
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	3.303	-	22.172	-
Parcelamentos - Outros	1.420	1.819	3.906	7.451
IRPJ/CSL a Recolher	7.089	15.951	-	-
ICMS a Recolher	15.104	6.221	-	-
IPI a Recolher	6.818	4.750	-	-
ISS a Recolher	123	111	-	-
PIS/COFINS a Recolher	8.460	2.567	-	-
CPMF a Recolher	-	-	10.831	10.731
INSS e IRRF a Recolher	1.592	1.828	-	-
Total	<u>78.573</u>	<u>71.614</u>	<u>150.668</u>	<u>143.072</u>

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Parcelamento - Refis IV (a)	29.664	34.000	100.114	112.344
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.444	2.408	3.208	4.342
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.608	2.037	10.458	8.255
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	3.303	-	22.172	-
Parcelamentos - Outros	1.420	1.819	3.906	7.451
IRPJ/CSL a Recolher	7.109	16.006	-	-
ICMS a Recolher	15.235	6.262	-	-
IPI a Recolher	6.818	4.750	-	-
ISS a Recolher	132	118	-	-
PIS/COFINS a Recolher	8.524	2.599	-	-
CPMF a Recolher	-	113	10.832	10.731
INSS e IRRF a Recolher	1.598	13.634	-	-
Total	<u>78.855</u>	<u>83.746</u>	<u>150.690</u>	<u>143.123</u>

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”.

Notas Explicativas

A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foi objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado contabilmente da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” está sendo discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, cuja probabilidade de êxito é apontada pelos assessores jurídicos como possível, sendo mantida a provisão do valor integral dos referidos débitos até decisão final.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no período findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos		41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344
Juros total no período findo em 30.06.13	3.227	3.223
(-) Pagamentos total no período findo em 30.06.13	(19.716)	(19.769)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 30.06.13	129.726	129.798

IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 30 de junho de 2013 é de R\$ 5.631 (R\$ 6.750 em 31 de dezembro de 2012), os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 30 de junho de 2013 é de R\$ 13.066 (R\$ 10.292 em 31 de dezembro de 2012), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

d) PEP

Notas Explicativas

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em junho de 2013 é de R\$ 23.731 para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m. e de R\$ 1.744 para débitos parcelados em 24 meses, com acréscimo financeiro de 0,64% a.m.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições do mesmo. Em 30 de junho de 2013, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	30.06.12	30.06.13	30.06.12
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	-	(432)	(20)	(494)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	13.900	6.641	14.719	7.489
Total - IRPJ / CSLL	13.900	6.209	14.699	6.995

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

Notas Explicativas

Prejuízo antes dos impostos
 Alíquota nominal
 Despesa de imposto de renda e co
 alíquota de 34%
 Efeito do imposto de renda sobre d
 Equivalência patrimonial
 Outros
 Efeito do imposto de renda sobre d
 prejuízos fiscais cujos (créditos) dé
 anteriormente
 Efeito das controladas tributadas p
 Utilização de prejuízo fiscal anterio
Receita/(Despesa) de imposto d
reconhecida no resultado

Controladora

	31.12.2011	Reconhecido no resultado	31.12.2012	Reconhecido no resultado	30.06.2013
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	948	9.339	10.287	1.613	11.900
Provisão para crédito de liquidação duvidos	272	696	968	(523)	445
Contingências tributárias	8.709	(1.157)	7.552	892	8.444
Contingências cíveis	3.431	2.039	5.470	679	6.149
Contingências trabalhistas	3.951	1.455	5.406	(266)	5.140
Participação no lucros	379	385	764	215	979
Outras contas a pagar	927	(195)	732	53	785
Provisão para perdas de créditos	2.408	1.081	3.489	(712)	2.777
Provisão para perda nos estoques:	160	394	554	420	974
Outros	3.092	471	3.563	(277)	3.286
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	24.277	14.508	38.785	2.094	40.879
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(56.603)	12.853	(43.750)	9.404	(34.346)
Deemed cost	(1.297)	79	(1.218)	55	(1.163)
Amortização do ágio	(1.150)	(575)	(1.725)	2.348	623
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(59.050)	12.357	(46.693)	11.807	(34.886)
Imposto Diferido Líquido	(34.773)	26.865	(7.908)	13.901	5.993

Consolidado

	31.12.2011	Reconhecido no resultado	31.12.2012	Reconhecido no resultado	30.06.2013
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	948	9.339	10.287	1.613	11.900
Provisão para crédito de liquidação duvidos	272	696	968	(523)	445
Contingências tributárias	8.709	(1.157)	7.552	892	8.444
Contingências cíveis	3.431	2.039	5.470	679	6.149
Contingências trabalhistas	3.951	1.455	5.406	(266)	5.140
Participação no lucros	379	385	764	215	979
Outras contas a pagar	927	(195)	732	53	785
Provisão para perdas de créditos	2.408	1.081	3.489	(712)	2.777
Provisão para perda nos estoques:	160	394	554	420	974
Outros	3.092	471	3.563	(277)	3.286
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	24.277	14.508	38.785	2.094	40.879
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(56.603)	12.853	(43.750)	9.404	(34.346)
Reavaliação (Mercosul)	(20.879)	1.052	(19.827)	514	(19.313)
Deemed cost	(38.037)	697	(37.340)	1.849	(35.491)
Amortização do ágio	(1.150)	(575)	(1.725)	2.348	623
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(116.669)	14.027	(102.642)	14.115	(88.527)
Imposto Diferido Líquido	(92.392)	28.535	(63.857)	16.209	(47.648)

20.3.
ovimentação dos
ativos e passivos do
IRPJ e da CSLL
diferido

Notas Explicativas**21. PROVISÕES DIVERSAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Benefícios a empregados	5.712	4.293	5.712	4.293
Perdas com investimentos em operações descontinuadas - Ecoville	-	4.145	-	-
Honorários advocatícios	15.437	12.967	15.437	12.967
Outras	2.308	3.136	2.308	3.136
Total	23.457	24.541	23.457	20.396
Circulante	8.020	7.429	8.020	7.429
Não Circulante	15.437	17.112	15.437	12.967

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Comerciais	19.296	15.490	21.130	15.490
Energia Elétrica	680	962	680	962
Outras	318	155	326	1.288
Total	20.294	16.607	22.136	17.740

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2013, estão provisionados os montantes de R\$ 85.321 (controladora) e de R\$ 85.374 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 30 de junho de 2013, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Trabalhistas	15.117	15.899	15.117	16.384
Cíveis	59.624	57.626	59.624	58.399
Fiscais	10.580	10.427	10.633	10.480
Total	85.321	83.952	85.374	85.263

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.11	11.620	51.631	14.581	77.832	12.112	53.470	14.633	80.215
Constituição de provisão	5.535	6.666	4.246	16.447	5.569	6.135	4.247	15.951
Baixas	(1.256)	(671)	(8.400)	(10.327)	(1.297)	(1.206)	(8.400)	(10.903)
Saldo em 31.12.12	15.899	57.626	10.427	83.952	16.384	58.399	10.480	85.263
Constituição de provisão	479	1.998	153	2.630	501	2.673	153	3.327
Operações descontinuadas -								
Ecoville	-	-	-	-	(507)	(1.448)	-	(1.955)
Baixas	(1.261)	-	-	(1.261)	(1.261)	-	-	(1.261)
Saldo em 30.06.13	15.117	59.624	10.580	85.321	15.117	59.624	10.633	85.374

Contingências
Trabalhistas

Em 30 de junho de 2013, a Companhia

e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 30 de junho de 2013, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de

Notas Explicativas

R\$214.175, sendo R\$162.786 possível e R\$51.389 provável. O montante de R\$51.389 considerado como provável em 30 de junho de 2013 (R\$ 49.886 em 31 de dezembro de 2012) encontra-se devidamente provisionados nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$3.931.260 em 30 de junho de 2013 (R\$3.778.823 em 31 de dezembro de 2012). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	31.12.12	30.06.13	31.12.12
Trabalhistas	4.147	5.708	4.147	5.708
Cíveis	167.053	164.443	167.053	164.821
Fiscais	3.750.213	3.595.416	3.760.060	3.608.294
Total	<u>3.921.413</u>	<u>3.765.567</u>	<u>3.931.260</u>	<u>3.778.823</u>

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- **Compra e Venda de Títulos**

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$3.406.760 (atualizados em 30 de junho de 2013), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$385.456 relativos ao ano de 1998, R\$381.453 relativos ao ano de 1999, R\$1.959.908 relativos ao ano de 2000 e R\$679.943 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013 foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial

Notas Explicativas

para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ainda pendente de julgamento. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013 pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, o qual aguarda exame da admissibilidade perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional

Notas Explicativas

Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O montante estimado, atualizado em 30 de junho de 2013, é de R\$ 494.519, sendo R\$ 180.345 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 314.174 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 28.368 mil em 30 de junho de 2013 consolidado (R\$ 23.529 em 31 de dezembro de 2012) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações

Notas Explicativas

preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts-ADR* em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 32.489 ações preferenciais, em 30 de junho de 2013, equivalentes a 32.489 ADR's, representando 0,06% do capital total.

24.3. Reserva de reavaliação

Em 30 de junho de 2013, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 37.492 (R\$ 38.485 em 31 dezembro de 2012).

24.4. Outros resultados abrangentes

24.4.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

24.4.2. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das informações contábeis intermediárias de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

25. RECEITA LÍQUIDA

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	30.06.12	30.06.13	30.06.12
Receita bruta	773.094	617.982	780.694	619.137
(-) Deduções	(28.095)	(20.508)	(29.479)	(20.565)
(-) Impostos s/receita	(189.821)	(144.837)	(190.187)	(144.902)
Total	555.178	452.637	561.028	453.670

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro líquido apurado em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012 aos montantes utilizados no cálculo do lucro por ação básico e diluídos:

	30/06/2013			30/06/2012		
	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>
Numerador						
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	(18.861)	(32.124)	(50.985)	43	74	117
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro por ação (R\$) – Básico	(0,943)	(0,943)		0,002	0,002	
Lucro por ação (R\$) – Diluído	(0,943)	(0,943)		0,002	0,002	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia não possui outros instrumentos com potencial efeito diluidor. Por esse motivo, o lucro por ação básico é igual ao lucro por ação diluído.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia não detêm outros instrumentos que não foram considerados no cálculo do lucro por ação diluído por terem seus efeitos anti-diluidores.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	30.06.12	30.06.13	30.06.12
Insumos	(210.864)	(155.659)	(210.864)	(156.101)
Despesas com pessoal	(59.651)	(80.072)	(59.896)	(81.155)
Energia elétrica	(9.006)	(5.363)	(8.239)	(5.379)
Manutenção	(11.287)	(4.783)	(11.310)	(4.808)
Depreciação e amortização	(8.490)	(9.845)	(8.527)	(14.342)
Despesas com promoção de vendas	(71.204)	(54.629)	(73.422)	(55.112)
Despesas com propaganda e marketing	(9.726)	(10.035)	(10.823)	(10.311)
Despesas de alugueis	(7.118)	(6.559)	(7.039)	(4.950)
Despesas com fretes	(54.867)	(44.363)	(56.829)	(44.415)
Outras despesas	(74.848)	(47.034)	(81.939)	(49.699)
	<u>(517.061)</u>	<u>(418.342)</u>	<u>(528.888)</u>	<u>(426.272)</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.06.13	30.06.12	30.06.13	30.06.12
Custo dos produtos vendidos	(316.569)	(250.082)	(317.074)	(252.151)
Despesas com vendas	(176.569)	(144.346)	(182.717)	(145.072)
Despesas administrativas	(23.923)	(23.914)	(29.097)	(29.049)
	<u>(517.061)</u>	<u>(418.342)</u>	<u>(528.888)</u>	<u>(426.272)</u>

Notas Explicativas**28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

	30.06.13	30.06.12
	Higiene e limpeza	Higiene e limpeza
Receita líquida de vendas	561.028	453.670
Custo dos produtos vendidos	<u>(317.074)</u>	<u>(252.065)</u>
Lucro bruto	243.954	201.605
Despesas com vendas	(182.718)	(145.072)
Despesas Administrativas	(27.546)	(27.235)
Outras despesas (receitas) líq.	<u>(33.891)</u>	<u>(14.929)</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	(201)	14.369
Receitas financeiras	2.749	2.550
Despesas financeiras	(42.373)	(22.914)
Variação cambial, líquida	<u>(23.616)</u>	<u>(29.426)</u>
Prejuízo antes dos impostos	(63.441)	(35.421)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(20)	(457)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>14.719</u>	<u>7.489</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u><u>(48.742)</u></u>	<u><u>(28.389)</u></u>

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações

es apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado e categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Notas Explicativas

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>
	Higiene e limpeza	Higiene e limpeza
Ativos totais	715.346	719.917
Passivos totais	715.346	719.917
Depreciação e amortização	(11.068)	20.979
Aquisição do imobilizado	11.666	13.282

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.13</u>	<u>30.06.12</u>	<u>30.06.13</u>	<u>30.06.12</u>
Juros sobre empréstimos	(10.421)	(8.294)	(10.663)	(9.165)
Juros sobre operações de terceiros	(997)	(353)	(1.610)	(1.948)
Juros sobre impostos parcelados	(30.083)	(11.804)	(30.085)	(11.859)
Encargos bancários	(616)	(2.239)	(630)	(2.267)
Receitas financeiras	8.334	2.538	8.351	2.641
Variação cambial líquida	<u>(27.629)</u>	<u>(18.649)</u>	<u>(29.210)</u>	<u>(29.426)</u>
Total	<u>(61.412)</u>	<u>(38.801)</u>	<u>(63.847)</u>	<u>(52.024)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Notas Explicativas

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Dívida	148.284	134.611	155.449	141.334
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.702)</u>	<u>(28.900)</u>	<u>(24.224)</u>	<u>(30.218)</u>
Dívida líquida	124.582	105.711	131.225	111.116

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora						
		Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
		%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de junho de 2013								
Passivos de arrendamento financeiro	15,31		31	62	223	345	-	661
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	13,38		7.788	15.576	68.994	48.934	-	141.292
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,51		203	406	1.698	4.024	-	6.331
			8.022	16.044	70.915	53.303	-	148.284
31 de dezembro de 2012								
Passivos de arrendamento financeiro	13,82		44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,18		5.866	11.731	52.791	53.776	-	124.164
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,73		363	727	3.272	5.113	-	9.475
			6.273	12.545	56.455	59.338	-	134.611

Notas Explicativas

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de junho 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	15,31	31	62	223	345	-	661
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	13,38	7.795	15.589	69.012	48.934	-	141.330
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,74	235	471	2.172	10.580	-	13.458
		8.061	16.122	71.407	59.859	-	155.449
31 de dezembro 2012							
Passivos de arrendamento financeiro	13,82	44	87	392	449	-	972
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,16	5.910	11.819	53.187	53.776	-	124.692
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,82	380	760	3.423	11.107	-	15.670
		6.334	12.666	57.002	65.332	-	141.334

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui depósitos a vista e caixa) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de junho 2013							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,68	16.821	49	3.762	1.136	-	21.768
		16.821	49	3.762	1.136	-	21.768
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130
		23.158	1.181	4.829	1.962	-	31.130

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de junho 2013							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,68	16.821	49	3.762	1.136	-	21.768
		16.821	49	3.762	1.136	-	21.768
31 de dezembro 2012							
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	7,01	23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762
		23.339	1.181	5.280	1.962	-	31.762

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

Notas Explicativas

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº.3 destas informações contábeis intermediárias.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado-				
Caixa e saldos de bancos	23.702	28.900	24.224	30.218
Títulos e Valores Mobiliários	4.947	7.972	4.947	8.423
Contas a Receber	218.307	171.474	222.965	172.622
Outras Contas a Receber	17.636	14.075	17.924	14.595
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	128.061	103.873	131.231	102.665
Empréstimos e Financiamentos	148.284	134.611	155.449	141.334

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro, Euribor e Dolar. Em 30 de junho de 2013, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Eurobonds	399.317	373.372	-	-
Finimp	-	-	-	-
	<u>399.317</u>	<u>373.372</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a pagar de terceiros	26.409	24.383	26.409	24.383
	<u>26.409</u>	<u>24.383</u>	<u>26.409</u>	<u>24.383</u>
Fornecedores	779	262	779	262
Finimp	-	-	-	-
ACC	119	2.172	119	2.172
	<u>898</u>	<u>2.434</u>	<u>898</u>	<u>2.434</u>

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço. A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio sobre os saldos em 30 de junho de 2013 seria uma despesa ou receita financeira de R\$ 38.393 na controladora, quando e caso ocorresse a valorização ou desvalorização da moeda (R\$ 2.581 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes: O lucro do período em 30 de junho 2013 diminuiria/aumentaria em R\$ 3116 (redução/aumento de R\$ 2.647 em dezembro 2012). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº. 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº. 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;

Notas Explicativas

- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Passivos em Euro	Valorização do Euro	-	-
Passivos em Euribor	Valorização do Euribor	6.602	13.205
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	224	449
Exposição líquida		6.826	13.654

<u>Descrição</u>	<u>Risco</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	4.943	9.887
Exposição líquida		4.943	9.887

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e

minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

30/6/13						
Controladora			Consolidado			
Ativos financeiros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação	-	16.821	-	-	16.821	-
Total:	-	16.821	-	-	16.821	-

31/12/12						
Controladora			Consolidado			
Ativos financeiros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Valor justo por meio do resultado- Mantidos para negociação	-	23.158	-	-	23.339	-
Total:	-	23.158	-	-	23.339	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Notas Explicativas

Controladora				
		30/06/13	31/12/12	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos		6.881	6.881	5.742 5.742
Aplicações Financeiras		16.821	16.821	23.158 23.158
Títulos mantidos até o vencimento		4.947	4.947	7.972 7.972
		<u>28.649</u>	<u>28.649</u>	<u>36.872</u> <u>36.872</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos		148.284	148.284	134.611 134.611
		<u>148.284</u>	<u>148.284</u>	<u>134.611</u> <u>134.611</u>
Consolidado				
		30/06/13	31/12/12	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos		7.403	7.403	6.879 6.879
Aplicações Financeiras		16.821	16.821	23.339 23.339
Títulos mantidos até o vencimento		4.947	4.947	8.423 8.423
		<u>29.171</u>	<u>29.171</u>	<u>38.641</u> <u>38.641</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos		155.449	155.449	141.334 141.334
		<u>155.449</u>	<u>155.449</u>	<u>141.334</u> <u>141.334</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas informações contábeis intermediárias pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa e títulos mantidos até o vencimento

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 30 de junho de 2013, a cobertura de

Notas Explicativas

seguros contra riscos da Companhia era de R\$674.627 (R\$674.627 em 2012), composta da seguinte forma: Prédios R\$109.788 (R\$109.788 em 2012); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$277.841 (R\$277.841 em 2012); Mercadorias e Matérias-Primas R\$53.089 (R\$53.089 em 2012); Lucro Cessantes R\$233.909 (R\$233.909 em 2012). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria de revisão especial das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$460.519 em 30 de junho de 2013, sendo que R\$44.096 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$416.423 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
BOMBRIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da BOMBRIL S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 30 de junho de 2013, a controlada possui ativos totais de R\$ 403.677 mil, patrimônio líquido de R\$ 402.734 mil e prejuízo para o período de seis meses de R\$1.733 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Conclusão sobre as informações intermediárias Individuais

Com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto comentado no parágrafo de Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou patrimônio líquido (passivo a descoberto) o montante de R\$45.029 mil. Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e consequente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme comentando na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$3.931.260 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são parte integrante do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Società Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.318.107 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 30 de junho de 2013 é de R\$65.307 mil.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais e consolidadas é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo de Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 08 de agosto de 2012 com modificação, e que continha essencialmente os mesmos assuntos comentados nos parágrafos acima.

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

Raul Corrêa da Silva
Contador CRC 1SP 079028/O-1